



Produção do Texto Dissertativo-Argumentativo ENEM

AGOSTO / 2025

ESTUDANTE

SEDUC
Secretaria de Estado
da Educação



I - DIALOGANDO COM O(A) ESTUDANTE

Estudante,

Antes de iniciar o seu projeto de texto, leia com atenção os textos motivadores, marque palavras/expressões/ideias-chave. Peça ajuda ao seu(a) professor(a) para orientá-lo(a) na sua produção de texto, releia o material-base do(a) estudante “Redação Nota 1000”, que está no Drive, pois nele há um passo a passo exemplificado, reflexivo e analítico sobre a produção do texto dissertativo-argumentativo que pode ajudá-lo(a).

II - PROPOSTA DE REDAÇÃO

Caro(a) Estudante,

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema: **“Justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas na contemporaneidade”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relate, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

III - TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

O Brasil tem uma longa tradição de participação ativa em fóruns multilaterais sobre o clima. Na COP30, o Brasil deverá mostrar suas soluções para o combate às mudanças climáticas, como o uso de energias renováveis, agricultura sustentável e preservação florestal, além de buscar construir consensos entre diferentes nações.

(...)

A COP30 é a 30^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes), um encontro global anual onde líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil discutem ações para combater as mudanças do clima. É considerado um dos principais eventos do tema no mundo.

Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/cop30/faq-cop-30-no-brasil>. Acesso em 22 de jul. 2025 (Adaptado).

TEXTO II Justiça Climática

Justiça climática é o termo usado pelos movimentos socioambientais, que são liderados por jovens, pelos quatro cantos do mundo, para falar que a crise climática vai além do aquecimento global e da alteração do clima, que não é algo apenas físico e da natureza. É como ficou conhecido o movimento global que busca uma divisão mais justa dos investimentos e das responsabilidades no combate à emergência climática. Uma exigência de que as soluções para a crise climática passem pelas questões de justiça social e essa perspectiva reconhece que a base do problema está nas injustiças socioeconômicas, pois essas consequências atingem de forma muito diferente e desigual tanto as pessoas, quanto os países, conforme seus recursos e grau de vulnerabilidade.

É a maneira que podemos pensar na proteção dos direitos humanos e lembrar quem são os verdadeiros culpados pela crise que vivemos hoje. O mundo inteiro já sente os efeitos causados pela crise do clima, como o aquecimento que, cada vez mais, gera enchentes, secas severas e ondas de calor.

Portanto, o conceito de Justiça Climática é um desdobramento de movimentos por justiça ambiental, que vincula direitos humanos e desenvolvimento, para alcançar uma abordagem centrada no hu-

mano, para a salvaguarda dos direitos das pessoas mais vulneráveis, com a partilha dos encargos da mudança do clima e de seus impactos de forma equitativa e justa.

Neste sentido, por exemplo, limitar o aumento da temperatura do planeta a 1,5°C reduziria substancialmente as perdas e danos projetados, sendo preciso para isto, acabar com o uso dos combustíveis fósseis e combater o desmatamento.

A ideia de Justiça Climática e ambiental põe em perspectiva o Direito Ambiental, que já se expressa no teor do artigo 225, da Constituição Federal, de 1988, no qual é enfatizado que todos os seres humanos têm direito de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado, indispensável para a sua sobrevivência, tanto no presente como para as gerações futuras e cujos princípios são descritos como: Princípio da Prevenção; Princípio da Precaução; Princípio do Poluidor-Pagador; Princípio do Desenvolvimento Sustentável; Princípio da Participação Pública.

Disponível em <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/justica-climatica/>. Acesso em 22 de jul. 2025.

TEXTO III

O que são Mudanças Climáticas?

As mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima do planeta. Elas podem ocorrer naturalmente, mas nos últimos séculos as atividades humanas têm sido o principal impulsor dessas mudanças, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás, mas também devido ao desmatamento de terras e florestas, ao acúmulo de lixo em aterros, e à adoção de processos industriais poluidores.

Todas essas atividades têm em comum a emissão de gases estufa, dos quais os principais são o gás carbônico e o metano. Na medida em que a concentração desses gases na atmosfera aumenta, eles atuam como grande cobertor, que retém o calor do sol e aumenta as temperaturas. Essas temperaturas mais altas são a principal forma de perceber as mudanças climáticas. (...)

Outros fenômenos associados à mudanças climáticas são as mudanças nos padrões de chuva e seca, com um aumento da frequência e intensidade de eventos extremos; o aumento do nível do mar; e a desestabilização de ecossistemas, como recifes de coral e florestas tropicais, por exemplo.

(...)

Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/mudancas-climaticas-e-meio-ambiente>. Acesso em 22 de jul. 2025.

TEXTO IV



Disponível em <https://www.instagram.com/p/DLkeYM0uLIO/>. Acesso em 22 de jul. 2025.

Folha de Produção Textual

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	